Título: É positiva ideia de diversificar fontes de energia elétrica
Dados: 31/01/2022 **Veículo:** O Globo **Página:** 2
Canal: Notícias Gerais

Opinião do GLOBO

É positiva ideia de diversificar fontes de energia elétrica

Relatório da Empresa de Pesquisa Energética com planejamento até 2031 está em consulta pública

Investimentos na produção de energia elétrica costumam ser altos, exigir planejamento minucioso e demandar bastante tempo para entrar em funcionamento. Não é por outra razão que são sempre esperados com expectativa os relatórios do Plano Decenal de Energia, preparados pela Empresa de Pesquisa Energética, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Neles são traçados os cenários de demanda futura e as necessidades de expansão. Como demonstraram as repetidas crises de suprimento dos últimos anos, esse é um tema de amplo interesse. É importante para empresários preocupados com a produção e custos, para ambientalistas atentos aos impactos ambientais e também para o cidadão comum, muitas vezes surpreendido por contas de luz mais caras.

O último relatório, o que contém o planejamento até 2031, entrou em consulta pública na segunda-feira, 24. Um amplo debate do setor se faz necessário para apontar possíveis erros de avaliação, mas já é possível dizer que ele traz algumas boas novas. A principal é reconhecer que o país não pode ficar à mercê de repetidos sobressaltos, sempre na eminência de apagões e racionamentos. Os técnicos da Empresa de Pesquisa Energética parecem ter se dado conta de que é preciso dar uma atenção redobrada aos riscos impostos pelo aquecimento global.

A fonte hídrica responde por cerca de 62% da capacidade instalada de geração. Entre outubro de 2020 e setembro de 2021, os reservatórios das hidrelétricas registraram os níveis mais críticos em 91 anos. Nesse período de um ano, 9 meses ficaram entre os piores de todo o histórico. Foi um caso extremo, mas não isolado de estiagem. Há oito anos os reservatórios têm ficado com água abaixo da média. É possível que esteja em curso uma mudança no regime de chuvas. Como demonstram os casos recentes da Bahia e Minas Gerais, períodos de escassez hídrica seguidos de eventos extremos de temporais podem se consolidar como o novo normal.

O volume de água que chegou aos reservatórios das principais hidrelétricas do país entre 2010 e 2020 caiu 10% em comparação com a média de 1931 a 2020, segundo uma pesquisa do Grupo de Estudos Energéticos da Universidade Federal do Paraná (UFPR). As razões para a redução das vazões se devem a mudanças climáticas e intervenções humanas em outras áreas, como a agricultura irrigada.

O relatório do Plano Decenal de Energia acerta ao propor uma maior diversificação das fontes, reduzindo a dependência de uma específica. A proposta é diminuir a fatia da hídrica de 62% da capacidade instalada de geração para 48,5% e aumentar o gás natural de 8,5% para 12,5%, a solar de 6,5% para 18,5% e a eólica de 10,5% para 12%. Faz bem também ao prever a construção de uma nova usina nuclear com previsão de início de operação em 2031. Com duas usinas no Rio (Angra 1 e 2), a energia atômica responde por menos de 2% da matriz. A expectativa é de que Angra 3 entre em operação em 2026. A nova usina agora proposta (ainda sem local definido) terá capacidade de gerar o suficiente para abastecer uma cidade de 1,5 milhão de habitantes. Se a experiência for bem-sucedida, poderá abrir a porta para outras no futuro.

Governo precisa justificar melhor ideia de plataforma de saúde aberta

Para evitar efeitos indesejados e baratear planos, projeto Open Health exige estudos mais aprofundados

O Ministério da Saúde acerta ao se mostrar preocupado em aumentar a concorrência no setor de saúde complementar, mas a proposta de criar uma plataforma com registros e indicadores de saúde de pacientes merece ser analisada com mais cuidado antes de o governo ir em frente com a ideia de anunciar uma medida provisória sobre o tema. Inspirada no Open Banking, do Banco Central, a iniciativa foi batizada de Open Health. O objetivo é incentivar as operadoras a oferecer planos mais baratos.

Em diferentes áreas, o acesso a informações sempre foi decisivo para obter vantagens comparativas. O setor de saúde não é exceção. Os provedores de planos conhecem bem seus clientes, sabem que tipo de exames fazem, as especialidades dos médicos que consultam, os hospitais que procuram e a periodicidade das ocorrências. Com isso, podem montar cenários baseados em estatísticas, melhorar seu desempenho e elevar suas margens de lucro. Hoje esses dados estão guardados em silos, cada plano com seus clientes.

Faz sentido pensar que uma plataforma única, com acesso livre para empresas de saúde complementar, poderia incentivar a competição. Mas há vários temores. Alguns de solução aparentemente rápida, outros mais complicados. Pacientes com doenças graves ou crônicas correm o risco de ser prejudicados pelos planos. Para evitar isso, diferentes tipos de regras podem coibir a segregação.

A ausência de padrão nos documentos com históricos médicos também é uma barreira para criar a plataforma. Antes de abrir essas informações, seria preciso uniformizá-las. Embora trabalhosa, essa dificuldade também poderia ser facilmente resolvida.

Outros pontos levantam questões mais preocupantes. O governo brasileiro não é conhecido por ter grande capacidade de proteger os dados de seus cidadãos da ação de criminosos. Há denúncias frequentes de vazamentos nos mundos off e on-line. O Ministério da Saúde não tem a mesma capacidade técnica do Banco Central. Recentemente, o ConnecteSUS, programa do governo federal que integra dados de saúde dos cidadãos, foi vítima de um ataque digital, ficou semanas fora do ar e até hoje está instável. Registros e indicadores de saúde nas mãos erradas têm consequências desastrosas. Podem ser mais sensíveis que operações bancárias ou de crédito.

No Brasil, menos de 20% dos planos de saúde são individuais ou familiares. A esmagadora maioria é coletiva ou empresarial. Levando em conta que muitos usuários de planos individuais e familiares provavelmente optariam por não fornecer seus dados por diferentes razões, é possível que um cenário de forte competição e queda dos preços nunca se materialize. Antes de uma medida provisória, o governo deveria apresentar estudos rigorosos sobre o tema, além de outras alternativas para incentivar a concorrência.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

FERNANDO GABEIRA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

Quimicamente insustentável

Em sintonia com a ciência, estamos focados no aquecimento global. Mas o planeta está sendo atacado em outros flancos. É bom saber, para efeito de sobrevivência. Um estudo realizado pelo Centro de Resiliência de Estocolmo concluiu que a poluição química passou dos limites. A produção aumentou 50 vezes nos últimos 50 anos e deve aumentar na mesma quantidade até 2050.

Tive notícia desse estudo no blog Mar sem Fim, de João Lara Mesquita. Mas ele foi publicado também na revista Environmental Science & Technology.

O que significa passar dos limites? O espaço operacional foi ultrapassado, superando a capacidade global de avaliação e monitoramento dos resíduos químicos.

Essa é uma história longa. O jornal inglês The Guardian falou sobre o perigo que os pesticidas produzem ao atingir insetos não alvos e desequilibrar o ambiente. Lá atrás, houve um livro seminal chamado "A primavera silenciosa". Sua autora, Rachel Carson, abordou o tema do excesso de defensivos, no caso o DDT, por um ângulo extraordinário: a desaparição dos pássaros.

O próprio governo americano, em 1959, encontrou níveis perigosos do herbicida aminotriazole nos mirtilos. Surgiu até uma canção, "Cranberry Blues", que dizia: "Se quer ter certeza de que não vai ficar doente, não toque num oxicoco nem com uma vara de três metros".

Os tempos são outros: piores agora. Aqui no Brasil, em Alter do Chão, no Pará, as águas azuis do lugar foram transformadas por uma espessa camada marrom. Era resultado do desmatamento, mas também do garimpo que usa mercúrio em grande quantidade.

O mercúrio é um produto que faz mal à saúde indiscutivelmente. Mas há outros muito mais difíceis de serem detectados.

Trabalhei em dois casos, nos quais senti essa dificuldade. Um deles foi na zona rural de Petrópolis. Dezesseis recém-nascidos morreram num curto espaço de tempo. Investiguei o lugar e constatei que havia uma plantação de tomates e muitas caixas vazias de agrotóxico. Os tomates estavam numa elevação, e provavelmente a chuva levou agrotóxico para o riacho onde as famílias lavavam as mamadeiras.

Outra experiência foi em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. Havia muita depressão e suicídio entre os plantadores de fumo. Eles trabalhavam com produtos químicos organofosforados. Houve um relatório de um grupo interdisciplinar denunciando o fato, e passei uns dias na região.

Tanto em Petrópolis quanto em Venâncio Aires, sem a pesquisa mais profunda, inclusive com análise dos corpos, foi difícil avançar com as suspeitas.

Os efeitos de produtos químicos são cumulativos. Não acontecem no imediato. Pesquisas com golfinhos, por exemplo, já mostram que, apesar de habitarem o mar alto, já estão contaminados.

Um trabalho de revisão da política ultraliberal de Bolsonaro interessa estrategicamente ao agronegócio

Importante conversar sobre isso no Brasil. O governo Bolsonaro bate recordes na aprovação de agrotóxicos. Em 2019, aprovou 474; em 2020, 493; no final de 2021, já eram 1.558. O país tornou-se um líder global no setor, com um total de 3.618 agrotóxicos, alguns proibidos na Europa.

A pesquisa sueca tem muito a ver com nossa realidade, pois aqui se usam entre 12 e 16 quilos de agrotóxicos por hectare, segundo o atlas organizado pela professora Larissa Bombardi: "Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil".

O resultado disso é que, em grande parte de comunidades pesquisadas, encontram-se 27 tipos de toxinas na água. Se há um território exemplar de onde a poluição química saiu do controle, este país é o Brasil.

Dentro dos limites, será importante recuperar o controle. Nada contra o agronegócio. Em primeiro lugar, trata-se de um tema essencial para a saúde das pessoas, embora no momento nosso foco seja a pandemia e seus efeitos.

Mas um trabalho de revisão da política ultraliberal de Bolsonaro interessa estrategicamente ao agronegócio. Para ocupar de forma permanente um lugar de destaque no planeta, terá de se adequar às preocupações dos próprios consumidores.

No momento, o foco é o aquecimento global, mas a poluição química corre por fora.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho
PRESIDENTE EXECUTIVO: Jorge Nóbrega

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alvim, André Miranda, Flávia Barbosa, Luiza Baptista e Paulo Celso Pereira
EDITORA EXECUTIVA DO IMPRESSO: Fernanda Godoy
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ CEP 20230-240 • Tel.: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Brasil: Carla Rocha - rocha@oglobo.com.br
Rio: Fábio Gusmão - fabio.gusmao@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Claudia Antunes - claudia. antunes@oglobo.com.br
Saúde: Adriana Dias Lopes - adriana.diaslopes@sp.oglobo.com.br
Segundo Caderno: Gabriela Goulart - gabi@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Capa de site: Eduardo Diniz - eduardodiniz@oglobo.com.br
Acervo e Qualificação: William Helal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Balbio - balbio@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
Ela: Marina Caruso - mcaruso@oglobo. com.br
Bairros: Milton Calmon Filho - miltoncl@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito, ou débito automático em conta-corrente (preço de segunda a domingo) para RJ, MG, SP e ES: R$ 144,90 (O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 5,00
Domingos: RJ, SP, MG e ES: R$ 7,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas. Para ter O GLOBO em seu ponto de venda, escreva para vendasavulsas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 **Classifone** (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de noticiário: (21) 2534-5595 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Noticiário: (21) 2534-4310 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355 Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4333.
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5501

FSC www.fsc.org FSC® C104444 A marca do manejo florestal responsável

CARBON FREE BRAZIL